

## OS POVOS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAMINHOS HISTÓRICOS QUE DEIXARAM MARCAS

Carla Lucilene Uhlmann<sup>1</sup>  
Mabli Nadjane Barbosa Barreto<sup>2</sup>

**Resumo:** As discussões e estudos trazidos neste artigo são levantamentos preliminares de nossas pesquisas. Os povos indígenas, habitantes que já estavam no território que hoje chamamos de Brasil, antes da chegada dos colonizadores europeus, não conseguiram evitar a catequização e a aculturação promovida nesse embate cultural, social e linguístico. Nesse sentido, segundo os teóricos pesquisados, Alves (2020); Deleuze e Guattari (1980); Oliveira e Carvalho (2005); Ribeiro (2021); Silva (2019); Souza (2018) e Krenak (2012); dentre outros, constatamos a origem da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os jesuítas que chegaram com os portugueses, a partir do século XVI, começaram a promover essa “educação” de cunho católico, pacificador, para as crianças e também os jovens indígenas. Foi uma das formas que os portugueses encontraram para expandir o território além-mar. Diante das fontes pesquisadas, pudemos constatar o quanto os povos indígenas ainda contribuem com suas culturas e modos de ser e pensar mundos mais justos, mesmo convivendo com uma multiplicidade de culturas que é a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos (EJA). Povos Indígenas. Jesuítas. História.

## INDIGENOUS PEOPLES AND ADULT EDUCATION: HISTORICAL PATHWAYS THAT LEFT MARKS

**Abstract:** The discussions and studies presented in this article are preliminary surveys of our research. Indigenous peoples, inhabitants who were already in the territory we now call Brazil before the arrival of European colonizers, were unable to prevent the catechization and acculturation promoted in this cultural, social, and linguistic clash. In this sense, according to the researched theorists, Alves (2020); Deleuze and Guattari (1980); Oliveira and Carvalho

---

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Endereço eletrônico: carlinhauhlmann25@gmail.com.

2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Endereço eletrônico: barretomabli@gmail.com.

(2005); Ribeiro (2021); Silva (2019); Souza (2018); and Krenak (2012), among others, we observe the origin of Youth and Adult Education (YAE). The Jesuits who arrived with the Portuguese in the 16th century began to promote this Catholic-based “education” for indigenous children and young people. It was one of the ways the Portuguese found to expand the overseas territory. Based on the researched sources, we were able to ascertain how much indigenous peoples still contribute with their cultures and ways of being and thinking towards a fairer world, even while coexisting with a multiplicity of cultures within Brazilian society.

**Keywords:** Youth and Adult Education (YAE). Indigenous Peoples. Jesuits. History.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca abordar a origem da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a chegada dos jesuítas no Brasil, visto que eles alfabetizavam crianças e adultos indígenas. O foco deste estudo está na relação entre a chegada dos jesuítas no Brasil demarcando a origem da EJA, bem como a importância de reconhecer e valorizar os povos originários.

O objetivo deste estudo é demonstrar a relação entre os jesuítas e povos originários com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como as contribuições dos mesmos para a sociedade contemporânea. A partir desse processo, que não deixou de ser um choque cultural, social e linguístico, o Estado após sua constituição passa a ser responsável pela criação de diretrizes especiais para essa modalidade de ensino.

Diante da história de exclusão e subalternização dos povos originários no contexto educacional, surge o seguinte questionamento: “Quais foram as contribuições dos jesuítas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Essa pergunta problema visa investigar o papel desempenhado pelos jesuítas na história da EJA, levando em conta os seus próprios processos educativos e de transmissão de conhecimentos.

Partimos da hipótese de que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem a sua origem com o letramento desenvolvido pelos jesuítas com as crianças e adultos indígenas. Para tal propósito, adotamos uma abordagem de pesquisa bibliográfica, que consiste na coleta e análise de informações já publicadas sobre o tema de interesse. Para esse estudo buscamos nas

obras de Alves (2020); Deleuze e Guattari (1980); Oliveira e Carvalho (2005); Ribeiro (2021); Silva (2009) e Souza (2018); dentre outros.

A metodologia de pesquisa bibliográfica é amplamente utilizada quando se deseja embasar teoricamente um estudo e obter insights relevantes a partir da revisão da literatura existente (MARCONI E LAKATOS, 2010). Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela leitura, análise e interpretação de material impresso, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes para o tema de estudo.

Nesse sentido, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicos. Por meio dessa metodologia, foi possível embasar teoricamente o estudo, trazendo contribuições valiosas para a compreensão do papel desempenhado pelos jesuítas na história da EJA. A pesquisa bibliográfica permitiu a análise crítica da literatura existente e a síntese das informações relevantes para a elaboração deste artigo. O presente trabalho foi dividido em sete capítulos: Contextualização Histórica; O Reconhecimento da Diversidade dos Povos Originários na Educação; Perspectivas Interculturais na Educação de Jovens e Adultos; Desobediência Epistemológica; Abordagem Rizomática na EJA; Valorização dos Saberes e Práticas dos Povos Originários na EJA e Considerações Finais.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A terra de Abya Yala<sup>3</sup> já era habitada muito antes da chegada dos portugueses, ávidos em descobrir e desbravar terras alheias, querendo negociar especiais especiarias. Os seres humanos não deveriam ser negociados. Nós, os não indígenas, precisamos, ainda, aprender muito com os povos originários.

O movimento de resistência dos povos indígenas do Brasil já começou desde o século XVI. Mas os estrangeiros que chegaram com as suas naus estavam deslumbrados com as terras e as gentes que aqui habitavam;

---

3. ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

o que mais queriam, como está expresso na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, era atrair as gentes para o seu rebanho à moda portuguesa: “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”, diz a *Carta*. A partir dessa percepção, os portugueses entenderam que precisariam “educar” essas gentes, ou melhor, catequizar para salvá-las. É importante ressaltar que os jesuítas lusitanos vieram como missionários, com o intuito de difundir o cristianismo entre os povos indígenas.

Segundo Leite (1974), os jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, junto com o governador-geral Tomé de Sousa, enviado pela coroa portuguesa para estabelecer uma administração colonial no país. A vinda dos jesuítas estava diretamente ligada à política de colonização portuguesa, que buscava consolidar o domínio territorial e religioso no novo território. Ao chegarem ao Brasil, os jesuítas estabeleceram missões e aldeamentos, onde procuraram converter os indígenas ao cristianismo, ensinando-lhes os princípios da fé católica. Eles acreditavam que a evangelização dos indígenas era um dever moral e religioso, além de uma forma de assegurar o domínio e a influência portuguesa na região.

Os jesuítas adotaram uma abordagem particularmente estratégica ao estabelecerem suas missões. Conforme Leite (1974), eles procuravam aprender as línguas indígenas, adaptar-se à cultura local e estabelecer relações de confiança com as comunidades nativas. Além da evangelização, os jesuítas também se dedicaram à educação dos indígenas, ensinando-lhes ofícios, como a agricultura e a carpintaria, bem como os princípios da fé católica.

Por meio desse contexto, entende-se que os jesuítas buscavam os indígenas por meio de um processo de aculturação, visando a transformação cultural e a conversão religiosa dos nativos. Lima (1996, p. 56), ressalta que “a imposição cultural era uma prática comum, com o objetivo de substituir as crenças e costumes indígenas pela cultura europeia”. Segundo Souza (1986), os jesuítas adotaram uma estratégia de catequese e educação dos indígenas, mas também ressalta a imposição de valores e normas europeias sobre os povos nativos. Estes autores argumentam que essa imposição cultural levou a conflitos e resistências por parte dos indígenas, mas também resultou em transformações culturais profundas nas

comunidades indígenas como: a adoção de práticas religiosas católicas, o aprendizado da língua portuguesa, a incorporação de elementos da cultura europeia em suas próprias tradições e a reconfiguração das estruturas sociais e políticas. Castro (2002), discute a relação entre os jesuítas e os indígenas sobre a resistência e negociação, uma vez que os indígenas resistiram, reinterpretaram e adaptaram as práticas e ensinamentos dos jesuítas de acordo com suas próprias necessidades e perspectivas culturais.

É importante destacar que a abordagem e os objetivos da educação promovida pelos jesuítas, e a educação da EJA, são fundamentalmente diferentes. Porém, ao estudar os registros históricos da atuação dos jesuítas, é possível identificar vestígios da preocupação deles em educar também os adultos indígenas e não apenas as crianças. Esses vestígios nos permitem refletir sobre a importância histórica da educação de adultos e como ela pode ter influenciado, de certa forma, a concepção e o desenvolvimento da EJA atual.

Além desse processo histórico, foi a partir da Era Vargas, em meados de 1930, que a educação para jovens e adultos começou a ser pensada no cenário nacional. Com a publicação da Constituição Federal de 1934, mais precisamente no artigo 150, o Governo criou o Plano Nacional de Educação. Destacamos dois itens desse documento. Compete ao Estado: **a)** ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; **b)** tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível". No decorrer dos anos e décadas seguintes, vemos grandes e significativas mudanças nessa modalidade de ensino.

É imprescindível ressaltar que a nomenclatura da EJA (Educação de Jovens e Adultos) surge com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, mais especificamente no artigo 37. A LDB é a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, e nesse contexto a EJA é reconhecida como uma modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade regular.

Os jesuítas reconheceram a necessidade de educar os indígenas adultos, e a EJA também enfatiza a importância da educação para jovens e adultos; a promoção do letramento é uma parte fundamental da EJA, já o trabalho de letramento indígena, pelos jesuítas, valoriza o acesso à escrita

e à leitura; na educação jesuíta, houve a introdução da cultura europeia e a imposição de valores religiosos; já a EJA valoriza a diversidade cultural e os contextos culturais; a educação jesuíta para os indígenas foi um exemplo de acesso à educação em um contexto histórico específico. Da mesma forma, a EJA busca promover a inclusão e garantir oportunidades educacionais para aqueles que foram excluídos do sistema educacional formal.

## **O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EDUCAÇÃO**

Analisaremos o Parecer 14/99, do Conselho Nacional da Educação (CNE), que está disponível on-line no portal do Ministério da Educação (MEC), e que traz pontos relevantes para o nosso entendimento. Segundo consta neste documento, várias questões indígenas estão asseguradas na Constituição Federal de 1988. Salientamos o seguinte:

É preciso reconhecer que no Brasil, do século XVI até praticamente a metade deste século, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, pela civilização e pela integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao bilingue, a tônica foi sempre negar a diferença, assimilar os índios, fazer que se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas. Testemunhos históricos da educação indígena são encontrados desde os primórdios da colonização do Brasil, destacando-se, a partir de 1549, a ação e os trabalhos dos missionários jesuítas, trabalhos e atividades tanto missionários quanto educacionais, que se estenderam até o ano de 1759 (MEC, 2001, p. 41).

O estado brasileiro reconhece o imbróglgio causado para os povos indígenas, desde o período colonial até meados do século XX, quando os primeiros movimentos em apoio aos indígenas começaram a surgir, como foi o caso do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, sob liderança do marechal Cândido Rondon e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que foi criada em 1967, com a extinção do SPI. Hoje, a FUNAI conta com outra nomenclatura: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

A luta por direitos e territórios demarcados faz parte do cotidiano dos povos indígenas. E isso se trata também de um ato político. O precursor, aquele que usou sua flecha (era o gravador que utilizava para gravar as falas dos brancos) para começar a marcar espaço foi o cacique Mário Juruna (1943-2002), da etnia Xavante, região de Mato Grosso, foi o primeiro deputado federal indígena eleito pelo Rio de Janeiro, em 1982, em pleno regime ditatorial. Mas a caminhada do deputado Juruna na política já havia começado em meados dos anos 1970.

E foi em 1987, na Assembleia Constituinte, que vários povos indígenas conseguiram se reunir em Brasília para reivindicar os seus direitos. A cena icônica de Ailton Krenak<sup>4</sup> pintando o rosto com tinta de jenipapo foi mais do que um ato simbólico, foi de fato um grito, que emergiu da floresta para atingir os homens brancos (os juruás). Atingir não para machucar, mas para acordar e dizer que os povos indígenas já estavam nesta vastidão do território brasileiro. Nesse encontro, os povos indígenas conseguiram alguns pontos que estão na Constituição, que veio a ser publicada em 1988.

Até 1988 a legislação era marcada por esse viés integracionista, mas a nova Constituição inovou ao garantir às populações indígenas o direito tanto à cidadania plena, liberando-as da tutela do Estado, quanto ao reconhecimento de sua identidade diferenciada e de sua manutenção, incumbindo o Estado de assegurar e proteger as manifestações culturais das sociedades indígenas. A Constituição assegurou, ainda, o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, o que vem sendo regulamentado por meio de vários textos legais (MEC, 2001, p. 42).

O texto traz uma concepção muito positiva e otimista para os povos originários. Muito já se avançou até as duas décadas do século XXI, mas a jornada ainda é longa. Qual é o papel da educação (escola) para os povos indígenas? Sobre isso, Krenak tem um interessante posicionamento:

Ao pensar na relação entre educação e futuro me deparo com uma ambiguidade. Tenho percebido em conversas com educadores de diferentes culturas – não só dos povos originários, mas que trabalham com outras abordagens da infância – que, já no primeiro período da vida, todo aparato de recursos pedagógicos é acionado para moldar a gente. Isso me faz pensar em antigas

---

4. Ailton Krenak: líder indígena, escritor e ativista brasileiro da etnia Krenak é reconhecido por sua defesa dos direitos dos povos indígenas.

práticas usadas por diferentes povos deste continente americano para constituir seus coletivos. São práticas ligadas à *produção* da pessoa – o que é muito diferente de moldar alguém –, que entendem que todos nós temos uma transcendência e, ao chegarmos ao mundo, já somos – e o *ser* é a essência de tudo (KRENAK, 2022, p. 93-94).

A reflexão crítica sobre esse tema torna-se essencial para romper com a invisibilidade e o silenciamento impostos a essas comunidades e para promover uma educação que reconheça e valorize suas identidades, conhecimentos e perspectivas. Até porque, segundo Collet, Paladino e Russo (2014), o termo “índio” foi utilizado pelos colonizadores europeus, em particular pelos portugueses e espanhóis, quando chegaram às Américas no século XV. Acreditava-se que eles haviam alcançado as Índias (Ásia) navegando para o oeste. Como resultado, as pessoas nativas encontradas nas Américas foram erroneamente chamadas de “índios”. É importante destacar que o termo “índio” é considerado inadequado e impreciso atualmente, pois generaliza e homogeneiza culturas, línguas e identidades extremamente diversas dos povos originários. Muitos desses povos preferem ser chamados pelo nome de suas etnias específicas, como indígenas, povos originários, nativos ou pelos nomes de suas nações.

Entende-se que, a desconstrução do uso do termo “índio” faz parte de um movimento mais amplo de resgate e valorização das identidades e culturas dos povos indígenas, promovendo uma linguagem mais precisa e respeitosa. É fundamental reconhecer a diversidade e autonomia dos povos originários, respeitando suas preferências linguísticas e valorizando sua autodenominação.

Ailton Krenak (2012) traz uma perspectiva única e importante sobre os povos indígenas, expressando a necessidade de respeitar e valorizar suas culturas, conhecimentos e territórios. Ele enfatiza a importância de reconhecer os indígenas como sujeitos ativos na construção da sociedade, e não apenas como objetos de estudo ou assistência, além disso ele faz uma crítica ao paradigma ocidental.

O intelectual Krenak (2012) também aborda questões como a violência histórica e a marginalização dos povos indígenas, destacando a importância de enfrentar o racismo, a discriminação e a perda de territórios como formas de opressão que os indígenas enfrentam. Ele enfatiza a ne-

cessidade de fortalecer a luta pelos direitos indígenas e de reconhecer a diversidade cultural e a pluralidade de modos de vida. Sua visão crítica e sua defesa dos direitos indígenas têm inspirado muitas pessoas a repensarem suas relações com a natureza e a valorizarem a diversidade cultural como uma riqueza a ser preservada. “Os indígenas têm muito a ensinar sobre uma relação mais harmoniosa e sustentável com a natureza, baseada em princípios de respeito, cuidado e reciprocidade” (KRENAK, 2012, p. 23).

## **PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A abordagem intercultural na Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma perspectiva pedagógica fundamental para promover a valorização da diversidade cultural e o diálogo entre diferentes saberes e culturas, reconhecendo que cada indivíduo traz consigo um conjunto único de conhecimentos e experiências culturais, e que essa diversidade é uma riqueza a ser explorada no processo educacional. Também é essencial promover um ambiente de respeito mútuo entre os participantes do processo educativo.

Na perspectiva intercultural, o respeito implica reconhecer e valorizar as diferentes culturas, tradições e identidades presentes na sociedade. Isso significa criar um ambiente em que cada indivíduo seja respeitado em sua singularidade e em suas experiências culturais, sem estigmatização ou discriminação. Em outras palavras, o educador da EJA, ao criar um espaço de convivência e respeito mútuo, compreende que a abordagem intercultural na EJA proporciona oportunidades para que os participantes compartilhem suas experiências, conhecimentos e perspectivas, rompendo com visões estereotipadas e preconceituosas.

A Lei nº 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos currículos escolares. Essa lei busca promover o respeito e o reconhecimento das diferentes culturas presentes na sociedade brasileira, especialmente das culturas afro-brasileira e indígena. Ela determina que as escolas devem incluir conteúdos relacionados à história, às tradições, às manifestações culturais, aos conhecimentos e às lutas dos povos indígenas.

Ao citar essa lei, podemos destacar que ela representa um avanço no reconhecimento dos direitos e da importância dos povos indígenas, fornecendo um respaldo legal para a valorização de seus saberes e práticas no contexto educacional. Isso reforça a necessidade de promover o diálogo intercultural na EJA e de assegurar que os povos originários sejam representados e respeitados em todo o processo educativo.

Nesse sentido, a educação intercultural busca superar as visões monoculturais e eurocêntricas que historicamente predominaram no sistema educacional, valorizando as diferentes culturas presentes na sociedade (KRENAK, 2012). Segundo o autor, esse diálogo intercultural é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, pois permite que as vozes e perspectivas de grupos historicamente marginalizados sejam ouvidas e valorizadas. Apesar da existência da lei, ainda são necessários muitos esforços para efetivar a sua aplicação na prática educacional.

Nessa mesma linha de pensamento, Santos (2014), propõe uma perspectiva intercultural que rompe com as hierarquias de conhecimento e epistemologias dominantes, reconhecendo a validade e a importância dos saberes tradicionais e locais. Essa abordagem busca superar a dicotomia entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, promovendo uma pluralidade epistemológica.

O educador Paulo Freire (1987) contribui, também, para a perspectiva intercultural ao ressaltar a importância do diálogo e da valorização dos saberes dos educandos. Ele propõe uma educação libertadora, na qual os estudantes são vistos como sujeitos ativos na construção do conhecimento, permitindo a expressão e a valorização de suas próprias culturas e experiências.

Desse modo, a perspectiva intercultural visa promover o diálogo e a valorização das diferentes culturas presentes na sociedade, buscando superar visões monoculturais e eurocêntricas. Para isso, o Estado precisa arcar com os seus deveres para com os povos originários que ao longo do período histórico brasileiro foram subjugados.

## DESOBEDIÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo Santos (2014), a desobediência epistemológica valoriza os saberes e práticas dos povos originários. Ele questiona a visão eurocêntrica da educação, que historicamente marginalizou e desvalorizou os conhecimentos tradicionais indígenas. Para o autor, ao incorporar a desobediência epistemológica na EJA, os educadores podem abrir espaços para que os estudantes compartilhem suas experiências, saberes e práticas culturais, reconhecendo a validade e a importância desses conhecimentos. Isso contribui para a construção de uma educação mais plural, que respeita a diversidade de perspectivas e estimula a reflexão crítica sobre os sistemas de conhecimento.

Nesse sentido, compreende-se que, a desobediência epistemológica na EJA desafia as estruturas coloniais que moldaram a educação tradicional, permitindo a construção de novas narrativas e a valorização das vozes dos povos originários. Ela promove uma educação mais inclusiva, que respeita e reconhece a diversidade cultural e epistemológica dos estudantes.

Por exemplo, em uma aula sobre História do Brasil, ao invés de apresentar apenas a versão eurocêntrica da colonização, a desobediência epistemológica permitiria que os estudantes ouvissem as narrativas dos povos originários sobre o processo de colonização, suas resistências e suas visões de mundo. Os estudantes teriam a oportunidade de aprender com essas perspectivas diferentes e desafiar os discursos dominantes que marginalizam e silenciam as vozes indígenas. A desobediência epistemológica também pode se manifestar na escolha de materiais didáticos e recursos pedagógicos que valorizem a diversidade cultural e as contribuições dos povos originários. Isso inclui a utilização de literatura indígena, materiais audiovisuais produzidos pelas próprias comunidades e a participação de membros dessas comunidades como palestrantes e facilitadores de atividades educativas.

## ABORDAGEM RIZOMÁTICA NA EJA

Diferente da lógica linear e fragmentada presente em muitos sistemas educacionais, a abordagem rizomática<sup>5</sup> valoriza a transversalidade e a interdisciplinaridade. Ela reconhece que os saberes estão interligados e que as fronteiras disciplinares são permeáveis, permitindo a integração de diferentes áreas do conhecimento.

Quando o educador adota uma abordagem pedagógica rizomática, o conhecimento é concebido como algo que se ramifica e se espalha de maneira não linear, sem uma estrutura hierárquica fixa. Essa concepção rompe com a ideia de um conhecimento engessado e pré-determinado, permitindo que os aprendizes explorem diferentes caminhos e conexões, construindo seu próprio entendimento e significado.

Ao adotar esta visão, o educador reconhece que o conhecimento não é uma entidade estática e imutável, mas sim uma rede complexa de ideias, experiências e perspectivas. Ele facilita a criação de ambientes de aprendizagem abertos, nos quais os aprendizes são incentivados a explorar, questionar, colaborar e construir conhecimento de maneira ativa.

Neste tipo de abordagem, à luz de Deleuze e Guattari (1980)<sup>6</sup>, o educador reconhece a importância da diversidade e da multiplicidade de saberes, valorizando a experiência e os conhecimentos prévios dos aprendizes. O papel do educador é o de um facilitador, que estimula a autonomia e a curiosidade dos aprendizes, oferecendo recursos, provocando reflexões e promovendo a construção coletiva de conhecimento. Ao invés de fornecer respostas prontas, o educador incentiva a busca por diferentes pontos de vista.

Dessa forma, esta abordagem não linear na educação busca romper com a ideia de um currículo fixo e padronizado, incentivando a flexibilidade, a criatividade e a participação ativa dos aprendizes no processo de construção do conhecimento. Ela promove uma visão mais dinâmica e

---

5. Rizoma é um termo originado da botânica, utilizado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, para descrever uma maneira de encarar o indivíduo, o conhecimento e as relações entre as pessoas, ideias e espaços, a partir de uma perspectiva de fluxos e multiplicidades, que não possui uma raiz ou centro.

6. Deleuze (1925-1995) e Guattari (1930-1992) são dois filósofos franceses que se conheceram e trabalharam juntos após os eventos de maio de 1968 e escreveram juntos a obra "Mil Platôs" em 1980.

aberta da aprendizagem, que valoriza a pluralidade de perspectivas e estimula a capacidade dos aprendizes de se adaptarem e se reinventarem em um mundo em constante transformação.

Diante do exposto, essa abordagem contribui para uma educação mais inclusiva, que respeita a diversidade e promove a formação integral dos estudantes. Quando o educador adota uma prática pedagógica rizomática, a EJA abre espaço para a interação e o diálogo entre os conhecimentos formal e não formal, proporcionando uma aprendizagem significativa e contextualizada.

## **VALORIZAÇÃO DOS SABERES E PRÁTICAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA EJA**

De acordo com estudos e pesquisas de Freire (2016), existem diversas ideias equivocadas sobre os povos originários no Brasil. Dentre elas apontamos:

1. Homogeneidade cultural é um equívoco comum é considerar os povos indígenas como um grupo homogêneo, compartilhando a mesma cultura, crenças e língua. No entanto, a diversidade étnica e cultural entre os povos indígenas é imensa. Existem mais de 300 etnias indígenas no Brasil, cada uma com suas próprias tradições, línguas, formas de organização social, cosmologias e práticas culturais distintas. Portanto, é importante reconhecer e respeitar essa diversidade, evitando generalizações e estereótipos; 2. Atraso cultural é um outro equívoco frequente é considerar as culturas indígenas como atrasadas ou primitivas. Essa visão baseia-se em uma perspectiva eurocêntrica que valoriza determinados aspectos da cultura ocidental como superiores. No entanto, os povos indígenas têm suas próprias formas de conhecimento, ciências, artes, literatura, música e religião. Suas culturas são ricas, sofisticadas e adaptadas ao ambiente em que vivem há séculos. Valorizar e respeitar essas culturas é essencial para promover a diversidade cultural e combater estereótipos prejudiciais (FREIRE, 2016, p. 67-69).

Os povos indígenas produziram e produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensa muita gente ignorante. As línguas indígenas, por exemplo, foram consideradas pelo colonizador, equivocadamente, como línguas “inferiores”, “po-

bres”, “atrasadas”. Ora, os linguistas sustentam que qualquer língua é capaz de expressar qualquer ideia, pensamento, sentimento e que, portanto, não existe uma língua melhor que a outra, nem língua inferior ou mais pobre que outra (FREIRE, 2016, p. 69).

Ademais, é impensável que, em pleno século XXI, seja preciso desmistificar que os indígenas nunca deixarão de ser indígenas por usarem smartphone, notebook, calças jeans, ou frequentarem as universidades! Muitas pessoas ainda ficam admiradas que não vêem mais indígenas usando arco e flecha e cocar. É fundamental desconstruir essas ideias equivocadas e promover uma visão mais ampla e respeitosa destes povos, reconhecendo sua diversidade cultural e linguística e valorizando suas contribuições para a sociedade brasileira.

### **Considerações finais**

O nosso país é diverso, cada cultura tem o seu verso, sua visão e entendimento sobre a terra e modo de existir enquanto seres humanos. Mas podemos nos questionar: por que aprender com as culturas indígenas? O que elas podem nos ensinar? Nesse caminho, citamos Krenak para nos alumiar: “eu não quero salvar os indígenas, eu quero salvar a humanidade”. A liderança indígena Davi Kopenawa Yanomami também comenta sobre os xamãs: “Por isso, até hoje, os xamãs continuam defendendo os seus e a floresta. Mas também protegem os brancos, apesar de serem outra gente, e todas as terras, até as mais imensas e distantes” (KOPENAWA & ALBERT, p.86, 2022). Ou seja, dentro da multiplicidade cultural de cada um, há a humanidade que nos conecta.

Esse pensamento indígena, de duas etnias distintas em nosso país, por exemplo, nos faz refletir, de fato, o quanto temos de olhar para os povos da floresta e ressignificar e decolonizar o nosso pensamento. As atitudes que os colonizadores tiveram para com os povos que dominaram também em outros territórios ainda persistem com ações de desprezo e ojeriza.

É com a educação que podemos mudar atitudes preconceituosas que estão arraigadas desde a formação do Brasil. O Estado precisa atender toda a população, oferecendo educação de qualidade em todos os espaços

escolares e em todas as etapas do ensino. Nesse sentido, se toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, chegasse para todos, sem exceção, talvez a Educação de Jovens e Adultos nem precisaria existir! Talvez esse tempo ainda chegue, mas muito precisa ser feito.

O embasamento teórico realizado para este artigo nos possibilitou acreditar em um mundo menos desigual, com educação de qualidade. É possível. Para que nossas crianças, jovens e adultos possam adentrar e permanecer no tempo adequado nos espaços escolares, é sensato pensarmos no bem querer de toda humanidade. Enquanto ainda há guerras que destroem famílias inteiras e países, e tantas outras atrocidades que invadem as páginas de jornal, mais uma vez precisamos olhar para os povos indígenas com respeito. Eles resistiram e resistem há mais de 500 anos.

A abordagem que fizemos no decorrer do artigo, destacando pontos sensíveis e pertinentes, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, na qual os povos originários sejam protagonistas de sua própria história e tenham seus direitos e identidades respeitados e assegurados pelo Estado. A EJA também repara lacunas promovendo inclusão para aquelas pessoas que foram deixadas de lado. Pensar a educação como ato revolucionário e político, assim como idealizou o patrono da educação brasileira.

## Referências

BLOG RAZÃO INADEQUADA. *Deleuze e Guattari*. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/filosofos/deleuze/entrada>. Acesso em: 28/05/2023.

BRASIL. *Constituição. República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 5 out. 1988.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em: 22/05/2023.

CASTRO, Eduardo V. de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

COLLET, C. PALADINO, M; RUSSO, K. *Quebrando Preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Laced, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Jose R. B. *Cinco ideias equivocadas sobre o índio*. In: *Repecult: revistas e ensaios e pesquisas em educação e cultura*. V. 1; n 1. Ano 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidade*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/estudoslatinoamericanos/wp-content/uploads/2019/04/ELA8%C2%BA-Texto9-1.pdf>. Acesso em: 21/05/2023.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 1ª ed. 16ª reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEITE, Serafim. *Capítulo II: Fundação da lingüística nacional*. In *História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo II (Século XVI -- A Obra)*, p. 545-568. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

LIMA, Antonio C. de S. *Terra de Santa Cruz: educação e civilização no Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, J. P.; CARVALHO, M. E. (Orgs.). *Educação de jovens e adultos: questões contemporâneas*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

SANTOS, B. S. *A descolonização do saber: uma humanidade plural*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

SILVA, R. H. D. *Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadania*. *Revista Brasileira em Educação*, n. 3, jan./abr. 2007. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13\\_07\\_Rosa\\_Helena\\_Dias\\_da\\_Silva.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_07_Rosa_Helena_Dias_da_Silva.pdf). Acesso em: 27/05/2023.

SOUZA, Laura de M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.